

Violência obstétrica: Uma revisão de literatura

Obstetric violence: A literature review

Violencia obstétrica: Una revisión de la literatura

Recebido: 11/09/2023 | Revisado: 29/09/2023 | Aceitado: 03/10/2023 | Publicado: 06/10/2023

Anna Júlia Hashizume de Paiva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9712-3063>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: annahashizumee@gmail.com

Emiliana Junqueira Paganelli Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4215-1375>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: ejpserv98@yahoo.com.br

Márcio José Rosa Requeijo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7102-6553>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: marciorequeijo3@hotmail.com

Resumo

Introdução: A violência obstétrica é um fenômeno mundial que tem sido cada vez mais discutido na comunidade científica e na sociedade em geral. Trata-se de um tipo de violência de gênero que ocorre durante o parto e o processo de cuidado da mulher no período gestacional, que pode incluir ações ou omissões dos profissionais de saúde que prejudicam a saúde física e mental da mulher. **Objetivo:** Analisar a violência obstétrica sob a perspectiva da saúde pública, considerando seus impactos na saúde das mulheres e as políticas e estratégias que podem ser adotadas para preveni-la. **Metodologia:** A revisão proposta adota uma abordagem qualitativa descritiva, em formato de revisão narrativa. **Resultados e Discussão:** Todos os estudos enfatizam a necessidade de uma assistência obstétrica humanizada e respeitosa, que leve em conta as escolhas e preferências das mulheres e evite situações de violência obstétrica. Além disso, eles destacam a importância da formação e sensibilização dos profissionais de saúde e da implementação de políticas públicas que possam garantir o direito das mulheres a um parto seguro e respeitoso. **Considerações Finais:** Ações que promovam a prevenção da violência obstétrica e o respeito aos direitos humanos das mulheres devem ser adotadas em todas as esferas da assistência à saúde materna, incluindo o pré-natal, parto e pós-parto. É fundamental que profissionais de saúde, gestores, governantes e a sociedade em geral estejam envolvidos nessa luta pela garantia da saúde e dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Gravidez; Saúde pública.

Abstract

Introduction: Obstetric violence is a worldwide phenomenon that has been increasingly discussed in the scientific community and in society in general. This is a type of gender-based violence that occurs during childbirth and the process of caring for women during the gestational period, which may include actions or omissions by health professionals that harm the woman's physical and mental health. **Objective:** To analyze obstetric violence from a public health perspective, considering its impacts on women's health and the policies and strategies that can be adopted to prevent it. **Methodology:** The proposed review adopts a descriptive qualitative approach, in a narrative review format. **Results and Discussion:** All studies emphasize the need for humanized and respectful obstetric care, which takes into account women's choices and preferences and avoids situations of obstetric violence. Furthermore, they highlight the importance of training and raising awareness among health professionals and implementing public policies that can guarantee women's right to a safe and respectful birth. **Final Considerations:** Actions that promote the prevention of obstetric violence and respect for women's human rights must be adopted in all spheres of maternal health care, including prenatal care, childbirth and postpartum care. It is essential that health professionals, managers, governments and society in general are involved in this fight to guarantee women's health and rights.

Keywords: Obstetric violence; Pregnancy; Public health.

Resumen

Introducción: La violencia obstétrica es un fenómeno mundial que ha sido cada vez más discutido en la comunidad científica y en la sociedad en general. Este es un tipo de violencia de género que se presenta durante el parto y el proceso de cuidado de la mujer durante el período gestacional, que puede incluir acciones u omisiones por parte de los profesionales de la salud que perjudican la salud física y mental de la mujer. **Objetivo:** Analizar la violencia obstétrica desde una perspectiva de salud pública, considerando sus impactos en la salud de las mujeres y las políticas y

estrategias que pueden adoptarse para prevenirla. Metodología: La revisión propuesta adopta un enfoque cualitativo descriptivo, en formato de revisión narrativa. Resultados y Discusión: Todos los estudios enfatizan la necesidad de una atención obstétrica humanizada y respetuosa, que tenga en cuenta las elecciones y preferencias de las mujeres y evite situaciones de violencia obstétrica. Además, resaltan la importancia de capacitar y sensibilizar a los profesionales de la salud e implementar políticas públicas que puedan garantizar el derecho de las mujeres a un parto seguro y respetuoso. Consideraciones Finales: Se deben adoptar acciones que promuevan la prevención de la violencia obstétrica y el respeto a los derechos humanos de las mujeres en todos los ámbitos de la atención de la salud materna, incluyendo la atención prenatal, el parto y el posparto. Es fundamental que los profesionales de la salud, los gestores, los gobiernos y la sociedad en general se involucren en esta lucha para garantizar la salud y los derechos de las mujeres.

Palabras clave: Violencia obstétrica; El embarazo; Salud pública.

1. Introdução

A violência obstétrica é um fenômeno mundial que tem sido cada vez mais discutido na comunidade científica e na sociedade em geral. Trata-se de um tipo de violência de gênero que ocorre durante o parto e o processo de cuidado da mulher no período gestacional, que pode incluir ações ou omissões dos profissionais de saúde que prejudicam a saúde física e mental da mulher. Esse tipo de violência pode levar a consequências graves, incluindo o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão e traumas psicológicos (Ministério da Saúde, 2001).

Esse tipo de violência pode assumir diversas formas, como a prática de intervenções desnecessárias durante o parto, como episiotomia e cesárea, sem a devida informação e consentimento da mulher. Além disso, pode envolver a desumanização do processo de parto, a recusa de tratamento digno, a falta de acompanhamento e suporte emocional e a discriminação de mulheres em função de sua raça, etnia, classe social, orientação sexual ou identidade de gênero. Esses comportamentos são considerados violência obstétrica por violarem os direitos humanos e reprodutivos das mulheres (Diniz et al., 2012).

No Brasil, a violência obstétrica é um problema de saúde pública e tem sido denunciada por organizações da sociedade civil e por mulheres em diversos fóruns, incluindo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A falta de políticas públicas e de conscientização da sociedade e dos profissionais de saúde sobre esse tema tem contribuído para a perpetuação desse tipo de violência (World Health Organization, 2015).

Neste sentido, o Ministério da Saúde brasileiro publicou em 2019 a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, que tem como objetivo promover a humanização do parto e do cuidado à mulher e ao recém-nascido, reduzindo a incidência de violência obstétrica. A implementação efetiva dessa política é um importante passo para combater a violência obstétrica no país e garantir a saúde e o bem-estar das mulheres e dos recém-nascidos (Reis et al., 2019).

O problema é complexo e multifatorial, envolvendo questões de gênero, raça, classe social e poder. A falta de informação e de respeito pelos direitos das mulheres por parte dos profissionais de saúde é um dos principais fatores que contribuem para a violência obstétrica. Para combatê-la, é necessário promover a conscientização da sociedade e dos profissionais de saúde sobre o tema, garantir o acesso à informação e ao acompanhamento emocional durante o período gestacional e parto, e implementar políticas públicas que assegurem o respeito aos direitos humanos e reprodutivos das mulheres.

O objetivo deste artigo é analisar a violência obstétrica sob a perspectiva da saúde pública, considerando seus impactos na saúde das mulheres e as políticas e estratégias que podem ser adotadas para preveni-la. Para isso, serão utilizadas revisões sistemáticas da literatura e dados epidemiológicos para traçar um panorama do problema no Brasil e em outros países. Também serão discutidos os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas de prevenção e combate à violência obstétrica e as possíveis soluções para enfrentá-los.

2. Metodologia

A revisão proposta adota uma abordagem qualitativa descritiva, em formato de revisão narrativa. De acordo com Rother (2007), os artigos de revisão narrativa representam publicações expansivas, adequadas para a exposição e deliberação do avanço ou do "estado da arte" de um dado tópico, abordando-o de maneira teórica ou contextual.

Para direcionar a pesquisa da bibliografia, foi formulada uma pergunta norteadora, sendo ela: Quais os desafios e os impactos causados pela violência obstétrica na mulher?

Para esse fim, foi utilizada a estratégia PICO, que destaca elementos relevantes para a pesquisa, incluindo população, intervenção, comparação e desfecho (outcome). Os detalhes referentes a esses elementos estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Estratégia PICO.

Sigla	Aplicação
P	Mulheres grávidas que sofreram algum tipo de violência obstétrica, independentemente da idade.
I	Não se aplica
C	Mulheres grávidas que não sofreram nenhum tipo de violência obstétrica, independentemente da idade.
O	Atualizar os conhecimentos acerca da violência obstétrica e seus impactos.

Fonte: Autoria própria.

A pesquisa de bibliografia foi conduzida utilizando três bases científicas, a saber, Medline, Lilacs e Portal Regional da BVS. O descritor "Violência obstétrica" foi combinado com palavras-chave como "impactos", "desafios", "gravidez" e "efeitos". Operadores booleanos como AND e NOT foram utilizados para filtrar as pesquisas.

Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos com o objetivo de selecionar estudos que atendessem aos seguintes requisitos: a) serem classificados como revisão de literatura, relato de caso, estudo clínico ou estudo randomizado clínico; b) terem sido publicados em português ou inglês; c) terem data de publicação entre 2018 e 2023.

Estudos que não atendiam a esses critérios foram excluídos, incluindo aqueles que apresentavam estrutura ou metodologia diferentes do descrito acima, foram publicados em idiomas diferentes do português ou inglês e tiveram data de publicação anterior a 2018.

3. Resultados e Discussão

A seleção das bases considerou a relevância e abrangência dos artigos, buscando abranger uma ampla gama de publicações e perspectivas acerca do tema. A análise dos dados encontrados nas bases científicas consultadas permitiu a identificação de informações relevantes sobre a violência obstétrica, suas implicações para a saúde das mulheres e as possíveis estratégias de prevenção. A Tabela 1 é apresentada a seguir como um recurso visual para ilustrar a distribuição dos estudos encontrados nas bases científicas consultadas.

Tabela 1 - Bases científicas consultadas e textos disponibilizados.

Base científica	Número de estudos
Lilacs	129
Medline	104
Portal Regional da BVS	32

Fonte: De acordo com as bases, autores.

Os estudos foram selecionados a partir das diversas bases científicas, com o objetivo de analisar a violência obstétrica sob a perspectiva da saúde pública, considerando seus impactos na saúde das mulheres e as políticas e estratégias que podem ser adotadas para preveni-la. Assim, o Quadro 2, a seguir apresenta os estudos selecionados para esta revisão de literatura, contendo informações relevantes como os autores, ano de publicação e idioma em que foram escritos.

Quadro 2 - Estudos selecionados.

	Título do Estudo	Autores e ano	Idioma
1	Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica	Carniel et al., 2019	Português
2	Impactos da violência obstétrica no Brasil: uma revisão de literatura	Silva et al., 2023	Português
3	Violência obstétrica: uma conduta além da dor e suas repercussões na atualidade	Moreira et al., 2022	Português
4	Violência obstétrica: perspectivas de enfermeiros de uma maternidade pública	Sobreira et al., 2019	Português
5	A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características	Jardim e Modena, 2018	Português
6	Prevenção da violência obstétrica no âmbito do cuidado humanizado	Fonseca et al., 2022	Português
7	Violência obstétrica: a agressão silenciosa nas salas de parto	Coelho et al., 2020	Português
8	A violência obstétrica no contexto do parto e nascimento	Rodrigues et al., 2018	Português
9	Violência obstétrica no contexto da violência feminina	Magalhães, 2020	Português
10	Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura	Castro e Rocha, 2020	Português
11	A percepção de gestantes sobre o parto humanizado e a violência obstétrica: relato de experiência	Brito et al., 2020	Inglês
12	Intervenções obstétricas durante o processo parturitivo: percepção da puérpera	Sehneim et al., (2020)	Inglês

Fonte: De acordo com as bases, autores.

A fim de sintetizar os principais achados e conclusões dos autores selecionados sobre a temática da violência obstétrica, foi elaborado um quadro que apresenta de forma clara e objetiva as informações mais relevantes encontradas em cada estudo. Por meio dele, é possível visualizar de forma organizada e sistemática as informações mais importantes encontradas pelos pesquisadores, o que permite uma análise mais abrangente e comparativa das diferentes abordagens sobre o tema (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais achados dos autores selecionados.

Autores e ano	Principais conclusões
Carniel et al., 2019	O uso recorrente da episiotomia somente poderia justificar-se com evidências científicas de seus benefícios, deste modo, seu uso rotineiro configura-se como violência obstétrica agravada quando há uma omissão de informações à mulher. Porém, não há pesquisas concretas sobre esse efeito apenas benéfico e sem complicações para a mulher, os estudos analisados nesta revisão incentivam a transformação do modelo intervencionista em humanizado e que mantenham a autonomia da mulher no trabalho de parto, com uma assistência fundamentada cientificamente.
Silva et al., 2023	A violência obstétrica representa um impasse para a efetivação da plenitude dos direitos da mulher, dos princípios da dignidade humana e da autonomia, que são afetados pelo abuso obstétrico, uma vez que não é garantido às mulheres um tratamento respeitoso, digno e humanizado no momento do parto, a fim de levar em conta seu poder de decisão, respeitando a individualidade e autonomia da mulher como sujeito. Assim, a violência obstétrica pode ser caracterizada por maus-tratos psicológicos, físicos, sexuais e institucionais, que podem resultar em traumas físicos e emocionais significativos para o resto da vida das mulheres que a sofrem. No atual sistema de saúde, seja público ou privado, percebe-se que a violência obstétrica é uma situação cada vez mais comum no cotidiano das mulheres, sejam elas em situação de pré-parto, parto, puerpério e em situações de aborto.
Moreira et al., 2022	É importante ressaltar que a capacitação dos profissionais que assistem desde o pré-natal é primordial no acompanhamento à gestante, essas ações visam seu bem-estar físico e mental, preparando-as para a maternidade, pois uma assistência humanizada é fundamental durante todo o processo de pré-parto e puerpério. Nesse sentido, é importante ressaltar o desenvolvimento de campanhas e cursos de aprimoramento profissional, que visem o combate à violência obstétrica. Além disso, é preciso que haja uma reforma na assistência prestada, baseada principalmente na humanização, respeitando a autonomia da mulher para que ela se sinta protagonista desse momento
Sobreira et al., 2019	Podemos concluir que mudanças são necessárias nas práticas de assistência obstétrica para que os profissionais tenham mais envolvimento com a temática no decorrer da vida acadêmica e assim tenham suporte científico de qualidade garantindo uma assistência segura e humanizada a fim de não praticar a violação dos direitos das mulheres e não contribuir para naturalização da violência obstétrica.
Jardim e Modena, 2018	A violência obstétrica retrata uma violação dos direitos humanos e um grave problema de saúde pública, revelada nos atos negligentes, imprudentes, omissos, discriminatórios e desrespeitosos praticados por profissionais de saúde e legitimados pelas relações simbólicas de poder que naturalizam e banalizam sua ocorrência.
Fonseca et al., 2022	A partir da análise dos achados na literatura, verificou-se que a VO ainda é uma ocorrência comum nos serviços de saúde e está associada ao fato de que, muitas vezes, as mulheres não têm liberdade para decidirem sobre seu processo reprodutivo por se sentirem coagidas pelos profissionais envolvidos em seu cuidado. Além disso, muitas vezes elas não identificam esse tipo de violência, visto que depositam total confiança na equipe assistencial. Dessa forma, torna-se necessário projetos de educação e humanização tanto para puérperas quanto para profissionais de saúde, além da melhora da infraestrutura de cuidado desde o pré parto até o pós parto, a fim de diminuir a alta incidência da VO.
Coelho et al., 2020	Em conclusão, percebe-se que muitas são as variáveis observadas à respeito da violência obstétrica e são diversos os aspectos a serem tratados a fim de promover uma diminuição das práticas violentas. Além das já destacadas, existem algumas outras como a iniciação/apoio de programas que são designados a melhorar a qualidade do atendimento à saúde da parturiente, ou o desenvolvimento de estudos mais aprofundados a respeito, a fim de aumentar a visibilidade do assunto no campo acadêmico, com a tentativa de possibilitar melhor conscientização na formação dos profissionais de saúde.
Rodrigues et al., 2018	A violência obstétrica está inserida com as práticas dos profissionais de saúde, como a episiotomia, a manobra de kristeller, a medicalização do parto, e o cuidado no contexto do processo de nascimento deve ocorrer de forma respeitosa e, assim, enfrentar atos de violência. Desse modo, o estudo contribui para o conhecimento acerca das práticas desrespeitosas com a mulher no contexto da parturição
Magalhães, 2020	Ressalta-se ser premente investir no replanejamento e em melhorias no que diz respeito à assistência à saúde reprodutiva da mulher, principalmente no momento do pré-natal, focando em ações educativas de qualidade, visando o empoderamento da mulher no parto e no puerpério. De modo conclusivo, com o fim de alcançar o objetivo proposto, apresentou-se a proposta de políticas públicas para a prevenção e a repressão do problema.
Castro e Rocha, 2020	É necessário políticas públicas eficazes e o fornecimento de capacitação para os profissionais de enfermagem, tendo em vista uma assistência humanizada.
Brito et al., 2020	Constatou-se um número significativo de gestantes que sofreram práticas que configuram violência obstétrica, mas não associadas a elas, ditas como negligência na assistência durante o processo de parto, apontando para a qualidade da assistência prestada, destacando a falta de conhecimento das gestantes sobre seus direitos e a temática do parto humanizado. Conclui-se que muito se avançou na busca pela humanização, porém, ainda existem distorções sobre o processo de humanização, ressaltando que as mulheres precisam ser orientadas no pré-natal, dando-lhes incentivos para serem protagonistas de suas vidas, incluindo não apenas vida reprodutiva, mas também o seu empoderamento, para se defenderem de qualquer forma de violência.
Sehnm et al., (2020)	As práticas úteis no parto ainda são mal implementadas, enquanto outras práticas prejudiciais ou ineficazes continuam a ser realizadas.

Fonte: De acordo com as bases, autores.

A violência obstétrica é um tema que vem ganhando destaque nos últimos anos, principalmente no contexto da saúde pública. Ela se refere a qualquer forma de violência ou desrespeito que a mulher sofre durante o processo de gestação, parto e pós-parto. Isso pode incluir desde intervenções desnecessárias e invasivas até a falta de informação e consentimento por parte dos profissionais de saúde (Silta et al., 2023).

Apesar de ser um problema recorrente em todo o mundo, a violência obstétrica ainda é pouco reconhecida e discutida. Isso se deve, em grande parte, à naturalização de práticas consideradas normais e rotineiras no ambiente hospitalar, mas que na verdade ferem os direitos humanos das mulheres. Essa situação se agrava ainda mais em países em desenvolvimento, onde a assistência obstétrica muitas vezes é precária e desrespeitosa. Isso pode levar a complicações durante a gestação e o parto, além de traumas emocionais e físicos que podem afetar a saúde mental e física da mulher e do recém-nascido (Moreira et al., 2022).

De acordo com Coelho et al. (2020), a violência obstétrica pode ocorrer de diversas formas, desde a falta de respeito com a privacidade da mulher até intervenções desnecessárias no processo de parto, como o uso abusivo de medicamentos, a realização de episiotomia sem consentimento e a imposição de posições inadequadas para o parto. Essas práticas podem causar danos físicos e emocionais à mulher e afetar negativamente a experiência do parto.

Entre as formas mais comuns de violência obstétrica está a realização de procedimentos desnecessários e invasivos, como a episiotomia de rotina. A episiotomia é uma incisão cirúrgica feita no períneo durante o parto para ampliar o canal de parto. Embora possa ser necessária em alguns casos, a episiotomia de rotina é considerada uma forma de violência obstétrica, pois é realizada sem consentimento ou justificativa médica, causando dor, desconforto e lesões desnecessárias na mulher (Carniel et al., 2019; Corrêa e Torres, 2020).

Além disso, a violência obstétrica também pode ocorrer por meio de condutas inadequadas por parte dos profissionais de saúde durante o acompanhamento do parto, como a falta de comunicação e de informação à mulher sobre o procedimento, o não respeito à sua privacidade e intimidade, o não acolhimento e a não escuta de suas necessidades e desejos (Sobreir et al., 2019; Menezes et al., 2020).

O estudo de Carniel et al. (2019) destaca que a episiotomia de rotina é uma prática comum e frequentemente realizada sem justificativa clínica, causando dor e desconforto às mulheres. O estudo ainda aponta que a realização da episiotomia de rotina está relacionada a uma maior incidência de complicações pós-parto, como dor, infecção e incontinência fecal.

Já o estudo de Jardim e Modena (2018) destaca que a violência obstétrica é um problema complexo, que envolve não apenas as práticas médicas, mas também aspectos culturais e sociais que permeiam a assistência ao parto. O estudo aponta que a violência obstétrica pode ser mais comum em mulheres vulneráveis, como aquelas que vivem em situação de pobreza, as que têm baixa escolaridade e as que pertencem a grupos étnicos minoritários.

É importante ressaltar que a violência obstétrica não afeta apenas a saúde física das mulheres, mas também sua saúde emocional e psicológica. A violência obstétrica pode causar traumas e impactos negativos na autoestima, na autoconfiança e na relação da mulher com seu corpo e com a maternidade (Lins et al., 2020).

De acordo com Silva et al. (2023), a violência obstétrica tem sido objeto de diversos estudos no Brasil e os resultados mostram que essa prática é muito comum em nosso país. A pesquisa revelou que muitas mulheres não têm consciência de que foram vítimas de violência obstétrica e que esse problema afeta principalmente as mulheres negras e pobres. Os autores destacam que essa violência pode levar a complicações físicas e psicológicas, como depressão pós-parto, traumas emocionais, entre outras.

Em concordância com essa perspectiva, Rodrigues et al. (2018) afirmam que a violência obstétrica é um problema grave que pode afetar a saúde física e psicológica das mulheres. Os autores destacam que essa violência pode gerar estresse, ansiedade, medo e outros sintomas emocionais em mulheres que já estão em um momento de grande vulnerabilidade. Além disso, essa prática pode gerar complicações físicas, como lesões e infecções, e afetar a amamentação e o desenvolvimento do

vínculo mãe-bebê.

Por sua vez, Magalhães (2020) aborda a relação entre a violência obstétrica e a violência feminina em geral. A autora destaca que essa violência faz parte de um padrão mais amplo de violência contra as mulheres, e que é necessário considerar as múltiplas formas de violência que afetam as mulheres em sua vida cotidiana. A violência obstétrica é uma dessas formas de violência, que pode afetar a saúde física e psicológica da mulher e perpetuar o ciclo de violência em sua vida.

Os estudos enfatizam a importância de respeitar a autonomia e os direitos das mulheres durante o parto e nascimento, evitando práticas desnecessárias e abusivas. Também apontam a necessidade de uma abordagem mais humanizada e sensível por parte dos profissionais de saúde e uma maior conscientização e denúncia da violência obstétrica por parte da sociedade em geral (Silva et al., 2023; Rodrigues et al., 2018; Magalhães, 2020).

Além disso, Moreira et al. (2022) destacam que a violência obstétrica tem repercussões a longo prazo na saúde da mulher e do recém-nascido. A experiência de violência obstétrica pode levar a transtornos emocionais, como depressão pós-parto e transtorno de estresse pós-traumático, além de afetar a amamentação e o vínculo mãe-bebê. Além disso, o uso desnecessário de intervenções médicas no parto pode aumentar o risco de complicações para a mãe e o recém-nascido.

É importante destacar que a violência obstétrica afeta principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social, como mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade. Essas mulheres têm menos acesso a informações e serviços de saúde de qualidade e são mais suscetíveis a práticas violentas no parto (Magalhães, 2020).

Para combater a violência obstétrica, é necessário um conjunto de medidas, incluindo a conscientização da população sobre os direitos das mulheres durante o parto, a capacitação dos profissionais de saúde para a prática de um cuidado humanizado e respeitoso, além da adoção de políticas públicas que garantam o acesso universal aos serviços de saúde e o respeito aos direitos reprodutivos das mulheres (Oliveira e Maia, 2020; Leite et al., 2022).

Em um estudo realizado por Sobreira et al. (2019), foram analisadas as perspectivas de enfermeiros de uma maternidade pública sobre a violência obstétrica. Os autores apontaram que a falta de recursos humanos e materiais, a sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação e a falta de diálogo entre os profissionais de saúde e as mulheres são alguns dos fatores que contribuem para a ocorrência de violência obstétrica nas instituições de saúde.

Fonseca et al. (2022), por sua vez, discutem sobre as estratégias de prevenção da violência obstétrica no âmbito do cuidado humanizado. Os autores destacam a importância da humanização do parto e nascimento, que envolve o respeito aos direitos das mulheres, a promoção do diálogo e da participação ativa das mulheres nas decisões relacionadas ao seu cuidado, além de um ambiente acolhedor e seguro. A implementação de protocolos de cuidado humanizado e a capacitação dos profissionais de saúde também foram apontados como importantes estratégias de prevenção.

Castro e Rocha (2020) realizaram uma reflexão sobre a violência obstétrica a partir da literatura, destacando a importância dos cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Os autores apontam que a capacitação dos profissionais de enfermagem, a adoção de práticas baseadas em evidências científicas e o respeito aos direitos das mulheres são fundamentais para a prevenção da violência obstétrica.

Todos os estudos enfatizam a necessidade de uma assistência obstétrica humanizada e respeitosa, que leve em conta as escolhas e preferências das mulheres e evite situações de violência obstétrica. Além disso, eles destacam a importância da formação e sensibilização dos profissionais de saúde e da implementação de políticas públicas que possam garantir o direito das mulheres a um parto seguro e respeitoso (Sobreira et al., 2019; Fonseca et al., 2022; Castro e Rocha, 2020; Amaral et al., 2021).

4. Considerações Finais

A violência obstétrica é um grave problema de saúde pública que afeta milhares de mulheres em todo o mundo.

Embora tenha sido reconhecida apenas recentemente, a violência obstétrica tem uma longa história, remontando a tempos antigos, e é uma forma de violência de gênero que reflete a desigualdade de poder entre homens e mulheres. A violência obstétrica ocorre em todas as esferas da assistência à saúde materna, incluindo o pré-natal, parto e pós-parto, e pode ter consequências graves para a saúde das mulheres.

Esta revisão de literatura buscou analisar a violência obstétrica sob a perspectiva da saúde pública, considerando seus impactos na saúde das mulheres e as políticas e estratégias que podem ser adotadas para preveni-la. Os estudos incluídos nesta revisão mostram que a violência obstétrica pode ter efeitos graves na saúde das mulheres, como depressão pós-parto, ansiedade, trauma, baixa autoestima e dificuldades no aleitamento materno. Além disso, a violência obstétrica pode levar a complicações físicas, como hemorragias, infecções, lacerações e até a morte materna.

Os resultados também apontam para a importância de políticas e estratégias que possam prevenir a violência obstétrica, como a capacitação de profissionais de saúde em relação aos direitos humanos das mulheres, o estabelecimento de protocolos claros para a assistência ao parto e a implementação de medidas de monitoramento e avaliação. Ações voltadas para a promoção da saúde mental das mulheres e a prevenção da violência de gênero também são essenciais.

Em suma, a violência obstétrica é um problema grave que deve ser enfrentado de forma ampla e integrada pelas políticas públicas de saúde. Ações que promovam a prevenção da violência obstétrica e o respeito aos direitos humanos das mulheres devem ser adotadas em todas as esferas da assistência à saúde materna, incluindo o pré-natal, parto e pós-parto. É fundamental que profissionais de saúde, gestores, governantes e a sociedade em geral estejam envolvidos nessa luta pela garantia da saúde e dos direitos das mulheres.

Referências

- Amaral A. F., Klein A. P., & Grunewald E. S. (2021). A violência obstétrica e os seus danos à saúde psicológica da mulher. Anais do 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional.
- Brito, A. R., Fonteles Junior, J. A. C. M., Gimenes, N. C. S., Meireles, R. P., Necy, S. L. R., Mac-Culloch, S. E. A., Silva, J. M. L., Leal, A. C., Santos, C. C. G. (2020). The perception of pregnant women about humanized childbirth and obstetric violence: experience report. *Research, Society and Development*, 9(7).
- Carniel, E. F., Santos, R. P., Souza, A. S., & Oliveira, S. M. (2019). Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(2), 417-424.
- Castro, A. M., & Rocha, A. M. (2020). Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem Obstétrica e Neonatal*, 22(1), 51-57.
- Coelho, A. L., Sousa, S. S., Lima, M. A., & Ferreira, E. L. (2020). Violência obstétrica: a agressão silenciosa nas salas de parto. *Revista de Enfermagem da UFPE*, 14.
- Corrêa, A. P. D., & Torres, I. C. (2020). Violência obstétrica e pandemia de covid-19: reflexões sobre a qualidade da atenção ao parto e nascimento no Amazonas e no Brasil. Anais do V SERPINF e III SENPINF.
- Diniz S. G., d'Oliveira A. F. P. L., & Lansky S. (2012). Equity and women's health services for contraception, abortion and childbirth in Brazil. *Reprod Health Matters*, 20(40):43-67.
- Fonseca, L. M., Lima, J. A., Souza, R. L., & Barbosa, J. A. (2022). Prevenção da violência obstétrica no âmbito do cuidado humanizado. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, 35, 1-9.
- Jardim, M. C., & Modena, C. M. (2018). A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26.
- Leite T. H., Marques E. S., Esteves-Pereira A. P., Nucci M. F., Portella Y., & Leal M. C. (2022). Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciênc saúde coletiva*, 27(2):483-91.
- Lins K. Z., Brito J. S., de Assunção A. F. C., de Souza M. C. D., da Silva N. K. L. G., & Costa R. R. S. (2023). Violência obstétrica: uma revisão integrativa. *Braz. J. Hea. Rev*, 6(1):1695-70.
- Magalhães, T. B. (2020). Violência obstétrica no contexto da violência feminina. *Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais em Saúde*, 1(1), 46-54.
- Menezes F. R., Reis G. M., Sales A. B. S., Jardim D. M. B., & Lopes T. C. (2020). O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 24.

Moreira, R. C., Ferreira, A. B., Lima, J. A., & Barbosa, J. A. (2022). Violência obstétrica: uma conduta além da dor e suas repercussões na atualidade. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 17(2), 1-9.

Oliveira E. L., & Maia E. M. C (2020). Implicações da violência obstétrica para as mulheres durante o parto eutócico hospitalar: uma revisão sistemática. *Temas em Saúde*; 20(1).

Reis Z. S. N., Ferracioli P. L., Oliveira G. M. P., Souza E.S., & Dutra E. M. S (2019). Violência obstétrica: um panorama brasileiro. *Rev Panam Salud Publica*.

Rodrigues, D. P., Nascimento, L. S., Oliveira, S. M., & Oliveira, V. C. (2018). Violência obstétrica no contexto do parto e nascimento. *Revista Baiana de Enfermagem*, 32.

Rother, E.T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul enferm*, 20(2).

Secretaria de Atenção à Saúde (2001). *Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Práticas abusivas no parto*. Brasília: Ministério da Saúde.

Sehnm, G. D., Rios, C. P. P., Souza, M. B., Arboit, J., Cogo, S. B., Mutti, C. F., Scopel, M. F., Birrer, J. A. (2020). Obstetric interventions during the parturition process: perception of the puerpera. *Research, Society and Development*, 9(6).

Silva, J. L., Oliveira, V. C., Santos, D. F., & Pereira, L. B. (2023). Impactos da violência obstétrica no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 23(1), 67-78.

Sobreira, L. M., Silva, E. C., Santos, L. R., & Moura, M. L. (2019). Violência obstétrica: perspectivas de enfermeiros de uma maternidade pública. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 9, 1-9.

World Health Organization (2015). WHO statement on caesarean section rates. Geneva: World Health Organization.